

A TRAJETÓRIA DO MÉTODO ANALÍTICO PARA O ENSINO DA LEITURA NO BRASIL¹

Lis Amanda Darróz²
Anaete Regina Schelbauer³

Universidade Estadual de Maringá- UEM

RESUMO:

O presente trabalho tem como escopo explicar acerca de alguns aspectos relacionados à constituição histórica da inclusão do método analítico para o ensino da leitura nas instituições públicas brasileiras, desde a metade do século XIX até o ano de 1916, neste ano aconteceu a segunda conferência ministrada pelo educador João Köpke designada por “O ensino da leitura pelo método analítico”, identificando dessa maneira os principais agentes educacionais envolvidos na sua defesa e posteriormente em sua divulgação, assim como sua aproximação com o método de ensino intuitivo.

Palavras-chave: Ensino de Leitura, Método Analítico, João Köpke, Alfabetização.

THE TRAJECTORY OF THE ANALYTICAL METHOD FOR THE TEACHING OF READING IN BRAZIL

ABSTRACT:

The present work aims to explain about some aspects related to the historical constitution of the inclusion of the analytical method for the teaching of reading in Brazilian public institutions, since half of the 19 century until 1916 with the second conference given by the educator Köpke João assigned for "the teaching of reading by the analytical method", identifying in this way the main involved educational agents in its defense and later in its spreading, as well as its approach with the method of intuitive teaching.

Key- Words: teaching reading, Analytical Method, João Köpke, Alfabetização.

O presente artigo tem como finalidade evidenciar os resultados da pesquisa de iniciação científica, que teve como objeto de estudo a constituição histórica do método analítico para o ensino da leitura na escola elementar brasileira em fins do século XIX e início do século XX, mais precisamente 1916, ano em que o educador João Köpke ministra a conferência intitulada “O ensino da leitura pelo método analítico”. O estudo buscou ainda identificar os principais agentes educacionais envolvidos na defesa e divulgação do método analítico para o ensino da leitura, bem como sua aproximação com o método de ensino intuitivo, que foi amplamente difundido naquele período.

Posto isso, é de extrema acuidade mencionar que primordialmente foi necessário fazer um levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da história da educação brasileira relacionadas tanto com a temática da pesquisa, quanto com o período histórico a que esteve circunscrita a investigação.

Nesse sentido, pode-se corroborar que tais escritos evidenciaram as inúmeras adversidades pelas quais estavam “passando” o país, como por exemplo, no campo econômico, eram ofertadas poucas mercadorias aos compradores do exterior devido a constante insistência dos produtores em estarem cultivando apenas um determinado produto, no caso, a monocultura.

No que concerne ao campo político e econômico, pode-se afirmar a intensa influência inglesa, haja vista à inadimplência brasileira para com ela adquirida com o

reconhecimento da independência. Deste modo, é oportuno ressaltar que tais interferências culminaram com a publicação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, a qual proibia definitivamente o tráfico de escravos no país, para que assim pudessem ser os mais novos consumidores dos produtos ingleses.

Essa resolução interveio diretamente na sociedade brasileira, uma vez que os escravos eram a mão-de-obra responsável pela produção agrícola, sendo assim a única solução encontrada, após intensos debates os representantes políticos e os grandes cafeicultores, foi implementar as políticas de imigração, ampliando as propagandas do país voltadas para o exterior.

Tais propagandas mostravam a beleza natural do país, bem como prometiam ajuda no traslado e boas condições de trabalho, de tal arte que inúmeros imigrantes vieram para cá na certeza de que trabalhando iriam melhorar de vida. Entretanto, não foi bem isso que aconteceu, pelo contrário, começaram a desfrutar do mesmo tratamento subumano destinado ao escravo anteriormente.

Sua finalidade era tornar o país acessível ao estrangeiro por meio de modificações na legislação, com a finalidade de fixar o colono em solo pátrio. Essa era a tônica dos discursos dos homens públicos e proprietários de terras, com o intuito de debelar o problema da escassez da mão-de-obra para as lavouras brasileiras (SCHELBAUER, 1998). Ainda, sobre esse assunto Stamatto argumenta que:

Para as classes dominantes era necessário não somente achar uma solução ao problema da mão-de-obra como discipliná-la em função de seus interesses: o trabalho deveria ser regular. Isto significava que o trabalho deveria se realizar segundo a intensidade e a freqüência que os proprietários queriam e não segundo a vontade do trabalhador (apud SCHELBAUER, 1998, p. 47).

Outrossim, ressalva-se que a exploração dos trabalhadores imigrantes confirmava ainda mais as diferenças sociais existente entre a aristocracia cafeeira, ou seja, os donos do meio de produção dos trabalhadores imigrantes que apenas detinham a energia vital para ser vendida em troca de um mísero “salário”, o qual mal dava para pagar suas refeições.

Mister se faz salientar, que essas diferenças sociais estavam presentes em todas as áreas, sobretudo na educacional, haja vista que aos filhos da elite eram destinados os melhores ensinamentos, por meio dos mais avançados métodos existentes, no caso, a cartilha denominada de “Método português” para o ensino do ler e do escrever de Antônio Feliciano de Castilho, enquanto que aos filhos das camadas mais pobres, bastavam algumas instruções.

A crítica as precárias condições do ensino público oferecido pela monarquia eram uma constante nos escritos da época, tornando o país um território propício a corrente de novas idéias que aqui chegaram a partir dos anos de 1860. Nesse período o ensino começou a passar por algumas mudanças significativas, por intermédio das influências dos modelos econômicos ingleses e norte-americanos, somados as idéias de Spencer e Comte, que passam a fundamentar as concepções de nossos intelectuais ilustrados⁴.

Dessa forma, a educação sofreu interferências desse neoliberalismo reformista, o que acabou resultando em “menos propostas específicas para a inclusão de ingênuos e ex-escravos do que em propiciar aquilo que Souza chama de ‘desnaturalização da realidade brasileira’” (apud, HILSDORF, 2005, p. 49).

Nesse sentido, pode-se asseverar que essas novas concepções educacionais clamavam por uma educação de boa qualidade e gratuita para todos os indivíduos, diante de tal começaram a chegar ao país diversas cartilhas, entre elas, a “Cartilha Maternal”⁵ ou

“Arte da Leitura” de João de Deus, em fins da década de 1870, a qual foi desenvolvida, primariamente, com o intuito de melhor alfabetizar suas filhas. A educadora Hilsdorf (1994, p.72) esclarece que o método de João de Deus⁶

[...] consistia em ensinar à criança “o valor da letra prolongando-a porque assim, ela passa a ler imediatamente, e enquanto prolonga o valor de um modo automático pensa na letra seguinte e diz a sílaba. A criança vai-se habituando a dar o valor real e exato às letras, pondo de parte as que não têm significado alguma, de modo que reconhecida a inutilidade será fácil eliminá-la da escrita.”

Esse método de ensino foi inserido nas instituições escolares brasileiras pelos educadores da época, por o considerarem uma “revolução no ensino primário, mas não pôde ser uma completa originalidade” (A Província do Espírito Santo, 1882 apud MORTATTI, 2000, p. 48). Isso porque o método contido na Cartilha Maternal partia do processo sintético para o ensino da leitura e alcançava o processo analítico. É importante salientar o amplo debate ocorrido no período em torno desses dois métodos de ensino. Os métodos sintéticos eram considerados “tradicionalistas” ou “antigos”, enquanto os métodos de marcha analítica eram considerados “modernos” (MORTATTI, 2000). Esse debate resultou em várias polêmicas em torno da Cartilha de João de Deus. No entanto, não retirou o prestígio que a mesma recebeu por parte dos professores da escola de ensino elementar e nem por parte dos intelectuais da época, que apesar de constatarem que ela não era de fato uma “completa originalidade”, viam na mesma um ponto de partida para as inovações do ensino. Dentre os divulgadores da Cartilha no Brasil, pode-se citar Antonio Zeferino Candido e Antonio Silva Jardim.

Concomitantemente aporta na sociedade brasileira um outro método denominado de “ensino intuitivo” ou, como ficou conhecido entre nós, “lições de coisas” ou “ensino pelo aspecto”. O método, cujas matrizes filosóficas reportam ao início do pensamento moderno, com Bacon e Locke (VALDEMARIN, 1998), foi amplamente difundido no final do século XIX nos países europeus e nos Estados Unidos, como um importante elemento para a renovação do ensino.

No Brasil, alguns nomes estão associados a sua difusão, dentre eles: Leôncio de Carvalho, que como ministro do Império, publicou o decreto n. 7247, de 1879, onde prescrevia as lições de coisas como disciplina do programa da escola primária; Rui Barbosa, que nos Pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário, de 1882, escreveu um amplo tratado sobre o método intuitivo, além de traduzir e publicar o manual de lições de coisas do americano Norman A. Calkins; João Köpke, que além de sua vasta atuação na educação paulista, funda, juntamente com Silva Jardim a Escola Primária Neutralidade, baseada nos princípios do ensino intuitivo, dentre outros (SCHELBAUER, 2003, 2005).

De acordo com Valdemarin (2001) a introdução do método intuitivo no Brasil se deu como uma estratégia para renovação do ensino e das práticas pedagógicas, possibilitada pelo debate e circulação de idéias entre os educadores e pela tradução e importação de inúmeros manuais de lições de coisas.

Mas, afinal no que consiste esse método, uma vez que era visto como o percussor de mudanças tanto para o país quanto para a população? Então, sobre esse método a educadora Valdemarin (2001, p.158-159) teceu algumas considerações:

O novo método pode ser sintetizado em dois termos: observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a idéia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento.

Trabalhar consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta.

Essas mudanças na área educacional, associadas a outras que estavam ocorrendo nas mais diferentes áreas da sociedade fizeram com que a Monarquia fosse estremecendo paulatinamente até que em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República por Deodoro da Fonseca.

Com o advento da República, a educação, que desde o final do império já fazia parte dos temas relevantes ao desenvolvimento da nação, ganha fôlego e expressão na medida em que passa a representar a chave para o progresso do país, uma vez que no imaginário republicano a escola é emblema da instauração da nova ordem (Carvalho apud HILSDORF, 2005).

Dessa forma, principiou-se tanto uma valorização quanto uma maior preocupação acerca da área educacional, pois se a educação agora é tão importante para a formação do cidadão necessário a República, mister a aquisição por parte dos educadores de um método eficaz de ensino de leitura, o qual fosse capaz de atender as necessidades da população, sejam elas, a cidadania e a modernização do país, por meio do letramento e da instrução (Kulmann Jr. apud CARVALHO, 1998).

Sendo assim, iniciaram-se nas instituições escolares intensos debates acerca de qual método adotar no ensino da leitura, como pode ser observado no excerto abaixo:

Em síntese, a tensão entre modernos e antigos apreendida nos discursos dos sujeitos de época, ao longo do período histórico focado, permite a seguinte interpretação visando à ruptura com seu passado, determinados sujeitos produziram, em cada momento histórico, determinados sentidos que consideravam modernos e fundadores do novo em relação ao ensino da leitura e da escrita. Entretanto, no momento seguinte, esses sentidos acabaram por ser paradoxalmente configurados pelos pósteros imediatos, como um conjunto de semelhanças indicadoras da continuidade do antigo, devendo ser combatido como tradicional e substituído por um novo sentido para o moderno (MORTATTI, 2000, p. 23).

Importante argumentar que entre as especificidades de cada um desses métodos deveriam apresentar qualidade e rapidez. Com relação aos métodos Hilsdorf (1994, p.67) redigiu que “talvez a nota mais valorizada desses métodos fosse a rapidez com que a aprendizagem prometia ser realizada, a economia de tempo e de dinheiro nela implícita e o grande número de alunos que poderiam ser alcançados”. Entretanto, salienta-se que de acordo com Carvalho (1998, p.8):

[...] ao ensino da leitura e escrita deve estar agregado um ensino moral e cívico capaz de formar o cidadão com uma mentalidade, uma certa moralidade, um certo corpo de condutas compatíveis com a vida republicana; e que o método capaz de melhor formar o cidadão republicano é o método analítico para o ensino da leitura e da escrita.

Esses diversos métodos que estavam surgindo eram amplamente divulgados pelo jornal “A Província de São Paulo”, do jornalista, político e educador Rangel Pestana conforme descreveu Hilsdorf:

O apoio que o jornal de Pestana emprestou a esses autores e método tem

tanto de razões político-ideológicas quanto (ou mais) de razões pedagógicas. Os mais divulgados entre eles pela **A Província** foram os “métodos” João de Deus, Antonio Silva Jardim, João Köpke e Otaviano Hudson, cujos autores eram republicanos e adeptos ou simpatizantes do positivismo (1994, p.68).

Neste sentido, em se tratando do ensino da leitura foram criados três métodos, sendo eles, antigo ou soletração, o moderno ou silabação e o moderníssimo ou palavração, os quais vão aparecer na formulação das cartilhas. No entanto, ressalta-se que para fins didáticos será abordado apenas o último supracitado, uma vez que pertence a classificação dos métodos analíticos.

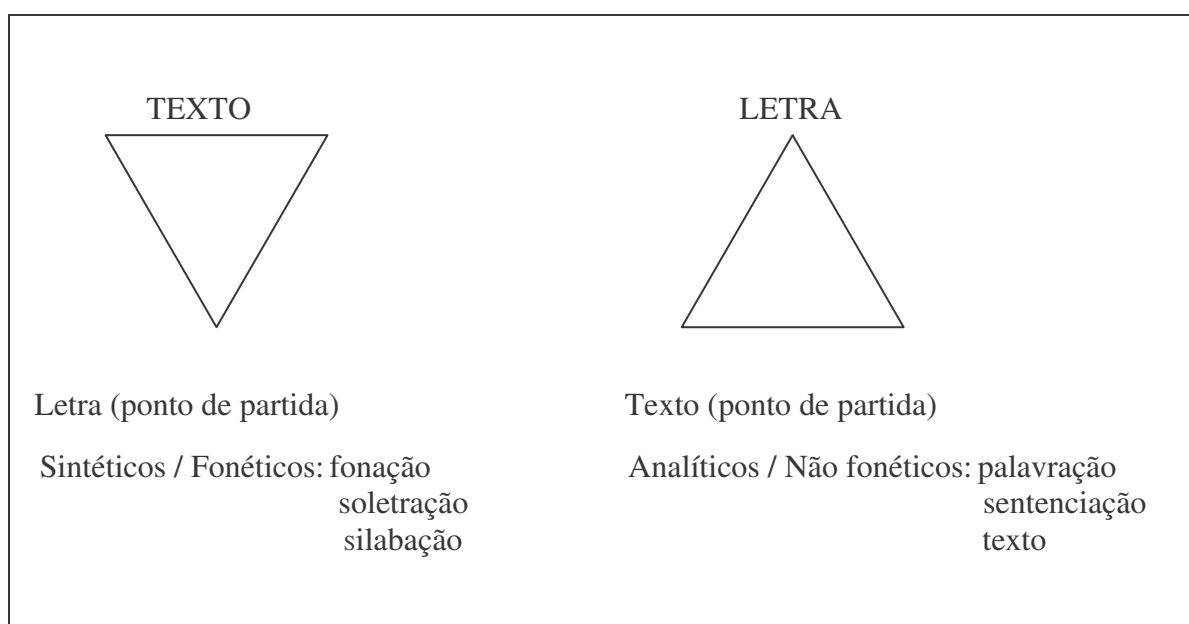
O ensino designado por moderníssimo ou palavração constitui o método analítico⁷, o qual é caracterizado por partir de uma estrutura global para a particular, como por exemplo, “toma-se a palavra (BOLO) analisam-se a sílabas (BO-LO), desenvolve-se a família silábica da primeira sílaba que a compõe (BA-BE-BI-BO-BU) e chega-se às letras” (MENDONÇA, 2003, p.37).

Na realidade, pode-se dizer que esse processo era o mesmo desenvolvido pelo método intuitivo, partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do observável, das coisas que circundavam a vida da criança.

Para Köpke (1916, p.36) o método analítico:

Será forçosamente o methodo desde que o TODO há de ser o ponto de partida qualquer que seja o aprendiz: os processos, que todavia, puzer em jogo, esses hão de combinar-se de modo a que olho, ouvido, bocca e mão se exerçam conjunctamente em collaboração mutua para a conquista da perfeição automatica, mercê da qual a fala escripta se faz para a intelligencia, travez da visão e da mão, o que para ella é a fala oral, travez da audição e da boca.

Neste, um dos intuitos é respeitar a motivação das crianças pela arte de leituras que possam vir a despertar seu interesse, consoante o esquema abaixo:



A fim de melhor explicar o método global, Adams (apud MENDONÇA, 2003, p.36) o tentou exemplificar, conforme se pode observar no trecho abaixo:

Quando quereis dar a conhecer um objeto à criança, por exemplo, um vestido, tivestes já a idéia de lhe mostrar os enfeites separadamente, depois as mangas, os bolsos e os botões? Não, sem dúvida. Fazeis ver o conjunto e lhes dizeis: _Eis um vestido. É assim que as crianças aprendem a falar com suas amas. Por que não fazer a mesma coisa, quando quiserdes ensinar a ler? Afastai delas os alfabetos e todos os livros franceses e latinos, procurai palavras inteiras a seu alcance as quais reterão muito mais facilmente e com muito mais prazer do que todas as letras e sílabas impressas.

Posto isso, considera-se que o método analítico de ensino da leitura no Brasil para Mortatti (2005, p.5) foi

[...] um passo importante, pois trouxe ao centro das discussões a necessidade de se buscar algo mais que letras, sons e sílabas, para se ensinar a ler e escrever. Os ideais republicanos e positivistas foram se diluindo ao longo das décadas seguintes à proclamação da República, novas urgências foram se impondo aos educadores, mas, mesmo assim, esse “todo” nunca foi (nem poderia ser) o texto [...] e mesmo ainda com as contribuições do “construtivismo”, que propõe a desmetodização da alfabetização, os métodos sintéticos e analíticos continuam a ser utilizados no ensino inicial da leitura e escrita, seja disfarçadamente, seja explicitamente [...].

Quanto a esse método, salienta-se que ganhou ênfase, pois era rápido e prometia uma aprendizagem eficaz, sendo assim foi considerado como a “nova bússola da educação” por Mortatti (2000).

Referindo-se à palavração, argumenta-se que o professor inicia sua explanação utilizando-se das palavras e, depois de constatar que as crianças conseguiram compreender, passa a decompô-las em sílabas, e a partir de então poderá formar novas palavras. Já na sentencição o aluno começa seu aprendizado por meio das sentenças, que serão posteriormente decompostas em palavras e ao final em sílabas.

No método do texto, relata-se que o educando irá iniciar com a leitura de um texto dado a ele por um professor, devendo dar destaque a uma frase, vindo a frisar depois uma palavra e com esta chegar até as sílabas, assim a respeito do exposto, Silva Jardim escreveu:

[...] é fictícia a soletração, em que reúnem-se nomes absurdos exigindo em seguida valores; transitória a syllabação, em que reúnem-se syllabas, isoladamente, para depois ler a palavra, partindo da mais fácil para a mais difícil, da simples para a composta [...] a palavração, pois é o único processo racional: porque não ensina o alfabeto todo e sim por partes; porque não arbitrariamente e sim partindo das vogaes [...] (JARDIM, Silva apud MORTATTI, 2000, p. 48-49).

Diante do exposto, corrobora-se que inicialmente os educadores deveriam seguir “a risca” apenas um método de ensino de leitura, ou seja, o sintético ou o analítico, os quais tinham divulgadores e defensores em todo o país, principalmente no estado de São Paulo, por ser o mais avançado tanto economicamente quanto educacionalmente.

Entretantes, para termos específicos de análise serão averiguadas apenas as conferências e os escritos⁸ do principal defensor do método analítico para o ensino da leitura, no caso, João Köpke. Sendo assim, no que diz respeito as suas defesas, afirma-se que iniciaram-se no dia no dia 1º de março de 1896 nas instalações da Escola Normal de São Paulo.

Esta o autor expôs “pela primeira vez de modo sistemático, os princípios teóricos subjacentes ao modo de processar o método analítico que defendia para o ensino inicial da leitura” (RIBEIRO, s/d, p.46). Em outros dizeres, assevera-se que o mesmo demonstrou, através de seus intensos estudos que o método analítico é o ideal para se ensinar a leitura á criança, embora ele seja um pouco mais demorado que o outro.

Os conteúdos ali transmitidos fizeram com que um número expressivo de indivíduos ligados à área educacional se revoltasse, de tal arte que se reuniram posteriormente para escreverem artigos, os quais demonstravam “as discordâncias de professores e escritores didáticos paulistas em relação ao método exposto por João Köpke nessa conferência” (FÁVERO; BRITTO, 2002, p.550).

Esses artigos foram revisados e em seguida publicados pelo principal periódico da época denominado de Revista de Ensino. De posse desse material, o educador João Köpke resolveu escrever uma carta nomeada a dois importantes normalistas, sejam eles, Joaquim Luiz de Brito e Ramon Roca Dordal, onde aproveitou o ensejo para contestar as críticas recebidas e o não emprego do método analítico de ensino de leitura nas instituições escolares.

O educador Brito após a leitura dessa carta, resolveu redigir um artigo, o qual o denominou de “Cartilha Moderna” na mesma revista (n.2, jun.1902) defendendo o uso da cartilha elaborada por Ramon Roca Dordal, pois esta apresenta peculiaridades relevantes como:

[...] método da palavração racional e lógico, que impede decoraçãõ; emprego abundante de gravuras nítidas e interessantes para as crianças; aspecto elegante e agradável da impressão; gradação das dificuldades; supressão da então tradicional “página dos ditongos”; possibilidade de utilização como auxiliar da escrita e da linguagem (MORTATTI, 2000, p.108).

Salienta-se que este artigo propiciou uma longa discussão entre os envolvidos com a área educacional juntamente com os editores dessa revista, a fim de se saber qual o melhor método a ser utilizado no ensino da leitura e da escrita no país. Corolário foram escritos diversos artigos por estes e publicados pelo periódico, no intuito de esclarecer, assim como sanar quaisquer dúvidas que venham a surgir sobre os métodos.

Ainda, nessa mesma edição Ramon Roca Dordal escreveu um artigo, o qual recebeu a denominação de “Metodos de Leitura - Cartilha Moderna”. Nesse, o autor teceu informações acerca do método analítico pela palavração utilizado em sua cartilha e aproveitou a oportunidade para replicar a Köpke sobre algumas questões referentes á sua conferência:

Si pudéssemos applicar ao ensino da leitura o methodo mais racional, aquelle que se impõs pela logica, seria sem duvida, o que o illustre

educador João Kopke patenteou há alguns anos em notável conferência realizada no antigo edifício da Escola Normal desta Capital, perante numeroso auditório, e a que o autor destas linhas teve a felicidade de assistir. Apresentar um desenho, esboçado rápida e elegantemente à vista do próprio aluno, e depois em palestra, alegremente ir animando-o, até que elle consiga conhecer, explicar, ler e reproduzir os caracteres graphics que compõem as sentenças que puderam ser formulados a respeito desse desenho, e logo, compôr, com o próprio aluno, a historieta que o mesmo desenho inspirar, seria digo, a ultima palavra no ensino da leitura, constituindo, na phrase do distincto educador, o passo mais seguro na integralisação do ensino primário (Dordal apud CARVALHO, 1998, p.24).

Na realidade, o educador Dordal tinha como escopo superar as dificuldades apresentadas pelo método elaborado por João Köpke. Para tanto, utilizou-se tanto de gravuras como do ensino coletivo. A respeito das gravuras, Köpke (apud MORTATTI, 2000, p.109) advertiu que:

Intervindo na leitura, O DESENHO NADA ENSINA, mas apenas auxilia, concretizando as idéias traduzidas pelas palavras escriptas do texto, tirando ao conto a abstracção, a que o espírito infantil é avesso, e dando, por isso mesmo as lições o enleio, que mais facilmente leva á comprehensão leitura do sentido, portanto, á expressiva...

Nesse mesmo número da revista o educador Joaquim Brito novamente redigiu um artigo designado por “A seriação dos livros de leitura”, no qual valorizou, bem com defendeu o uso da Cartilha Moderna nas escolas, uma vez que esta acompanha as dificuldades apresentadas pelos alunos.

A partir dessa defesa, um outro autor chamado Luiz Cardoso resolveu também escrever um artigo, que denominou de “Arte de leitura e a crítica”, onde apresentou sua cartilha Arte de Leitura embasada no método elaborado por João de Deus. De acordo com Carvalho (1998, p.30) o que fez Cardoso foi comparar:

A evolução dos métodos de ensino à evolução por que tem passado a humanidade. O autor as denomina de primitiva, transitória e definitiva, e as relaciona com o ensino da leitura e escrita que também é considerado pelo autor, composto por três fases: soletração, silabação e palavração.

Mediante essa leitura João Köpke resolveu novamente escrever aos educadores Brito e Dordal, a fim de responder a estes porque seus métodos não podem ser utilizados nas escolas. Com relação a esse e a outros escritos, Carvalho (1998, p.34) redigiu que “os artigos de Roca Dordal, Brito, Cardoso e Köpke indicam não só um debate sobre qual método e qual cartilha são os mais adequados para o ensino da leitura e escrita, como também entendimentos diferenciados a respeito dos métodos de ensino da leitura e escrita”.

Esses escritos foram se repetindo incessantemente com o transcórre do tempo, de tal arte que foram publicados inúmeros artigos, mais especificamente, trinta e dois referentes ao ensino da leitura e da escrita. Ademais, salienta-se que posteriormente esses começaram a denegrir a imagem de seus autores, bem como de seus métodos.

Mas, é oportuno relatar que no ano de 1909 o método analítico para o ensino da leitura e da escrita começou a ser amplamente difundido no Estado de São Paulo, de tal

arte começaram a ganhar adeptos. De acordo com Mortatti (apud AMÂNCIO, s/d) seguidamente

Outros estados que, a exemplo de São Paulo, buscavam modernizar o ensino público, tornando-o mais científico e racional, procuraram respaldo na reforma do ensino paulista consubstanciada nos programas escolares desse estado e também na bibliografia produzida por professores paulistas e foram, dessa forma, influenciados pela propaganda empreendida a respeito do método analítico para o ensino de leitura.

Mesmo mediante o interesse pela aquisição do método analítico, continuavam ainda os impasses entre os educadores nos artigos. Diante disso, João Köpke realizou no ano de 1916, nas dependências do Jardim da Infância anexo à escola normal da Praça da República, a sua segunda conferência designada por “O ensino da leitura pelo método analítico”, o qual tentou explicar suas duas cartilhas, bem como justificar o método analítico, para tanto:

[...] Köpke compara o processo de aquisição do som com o processo de aquisição da leitura e escrita. Em relação ao primeiro processo, expõe a forma como o recém-nascido adquire a linguagem falada e ouvida, denominado por Köpke de “educação dos ouvidos”; no segundo processo, Köpke enfatiza a situação da criança recém-matriculada na escola, que, ao aprender a ler e escrever, já possui a linguagem falada e ouvida. O que essa criança ainda não possui é o hábito de ligar a idéia e o som (já conhecidos) com a forma gráfica (ainda não conhecida). Para que a criança consiga perceber que tal idéia, que já existe em sua mente, pode ser representada por uma forma gráfica, é preciso habituar seus olhos à percepção da escrita, ao que Köpke denomina de “nova forma de expressão” (RIBEIRO, s/d, p.50).

Com relação a essas cartilhas afirma-se que se completavam e defendiam a utilização do método analítico de ensino para a leitura e a escrita pelas instituições escolares. Porém, esse ainda sofria algumas resistências, as quais João Köpke achava que existiam devido a lentidão do ensino, embora fosse amplamente eficaz.

De acordo com Fávero e Britto (2002, p.552)

Köpke lamentava a não-aceitação de suas cartilhas e mostrava sua indignação causada pelo tom de disputa em torno do método ideal para o ensino da leitura, o qual os professores paulistas julgavam ter elaborado, desconsiderando, assim, tanto as cartilhas de Köpke quanto quaisquer outras iniciativas que se diferenciavam desse método ideal.

Destaca-se, que mesmo diante dos percalços João Köpke acabou se preocupando durante toda a sua vida com as questões relacionadas à leitura e a escrita, ou melhor, dizendo, com a divulgação do método analítico, o qual teve seu apogeu na década de 1910, conforme Mortatti (2000).

Conclusão

Embasando-se no estudo realizado, de cunho teórico, destacam-se os resultados relevantes quanto à compreensão acerca da constituição histórica do método analítico para o ensino da leitura e sua estreita relação com o processo de modernização da nação brasileira durante a primeira república. Assim como seu papel preponderante na alfabetização da população brasileira, durante o processo de difusão da escola de ensino elementar no país.

Na realidade, pode-se asseverar que o “esforço” empreendido por esse e demais educadores independentemente do método defendido foram de fundamental importância tanto para as questões desse momento histórico delimitado quanto para a contemporaneidade. Em suma, pode-se dizer que, mesmo com o passar dos tempos, a maioria dos questionamentos presentes nos espaços escolares ainda dizem respeito aos métodos de ensino e da formação dos mestres. Talvez isso se explique pela relevância dessas temáticas para a educação brasileira. Quanto à questão dos métodos de ensino relacionados a alfabetização, o estudo de Soares (2000) sobre o “estado de arte” da alfabetização no Brasil, constata que das 219 pesquisas realizadas no período de 1961 a 1989 apenas nove se dedicaram aos métodos de alfabetização, evidenciando a necessidade de aprofundamento desses estudos.

Ainda, de acordo com Hèbrard (apud CARVALHO, 1998, p.15), essa falta de estudos na área acontece porque há um lugar para os saberes elementares numa história das disciplinas? A resposta imediata é sempre dubidativa; esses saberes, que se transmitem nas e pelas instituições dedicadas às primeiras aprendizagens, são *savoir-faire*, sem correspondentes nas ciências e sua hierarquia.

Por derradeiro, fortalece que tal estudo foi e continua sendo de extrema relevância, na medida em que poderá contribuir de maneira significativa para com professores e outros pesquisadores que desejam explorar essa área educacional, a qual parece estar muito longe do cotidiano escolar, mas na realidade está constantemente presente em todas as salas de aula independentemente da condição social vivenciada pelo aluno.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. **Métodos de ensino de leitura em Mato Grosso no início do século XX: uma contribuição para a história da alfabetização no Brasil.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/25/excedentes25/lazarananciamanciot10.rtf>. Acesso em: 14 abril 2006.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. **Boletim.** São Paulo: USP, FFCL, n. 241, 1959.
- CARVALHO, Sílvia Aparecida Santos de. **O ensino da leitura e da escrita: o imaginário republicano (1891-1920).** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CHAGAS, Fundação Carlos. **Pensamento e linguagem.** Programa de Aperfeiçoamento para professores de primeiras séries.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs). **Dicionário de educadores no Brasil da colônia aos dias atuais.** 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Histórias da Educação Brasileira: Leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- _____. **Métodos de Educação Popular na Propaganda Republicana (1870-1889).** Cadernos de História e Filosofia da Educação, v.II, n.3, São Paulo.1994.

- KÖPKE, João. **O ensino da leitura pelo methodo analytic**. Revista do Brasil, v. II, n.5, 1916.
- _____. **O methodo analytic no ensino da leitura**. Secção de obras do “O Estado,” São Paulo. 1917.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os Sentidos da Alfabetização: São Paulo-1876-1994**. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____, M.R.L. **Às estudantes em flor**. Marília, 2005. 6fls. (texto digitado)
- PEDAGOGIA CIDADÃ: cadernos de formação: caderno de alfabetização/ Onaide Schwartz Mendonça e Sônia Maria Coelho, organizadores. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de graduação, 2003.
- RIBEIRO, Neucinéia Rizzato. **Um Estudo Sobre A Leitura Analytica (1896), de João Köpke**. Revista Teoria e Prática, v.20 n.39, s/d.
- SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.
- SCHELBAUER, Anaete Regina. **A constituição do método de ensino intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da USP, 2003.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. In: **Educar em revista**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, nº18, 2001, p.157-182.

¹ Versão revisada da comunicação apresentada durante a XIII Semana de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, em outubro de 2006.

² Neograduada em pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

³ Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

⁴ Ver Barros (1959).

⁵ Esta foi divulgada por Antonio Silva Jardim, o qual é considerado por Mortatti o defensor de uma “[...] educação útil, prática e racional” aplicando ao estudo dos métodos de ensino “[...] o princípio de ‘concertar melhorando’” (2000, p. 43).

⁶ De acordo com Mendonça (2003, p.38) “este autor era contra os métodos da soletração e silabação para o ensino da leitura. Sua obra foi o marco entre o abecedário (bê-á-bá) e os métodos analíticos, que foram difundidos no Brasil durante a República, utilizando o método da palavração”.

⁷ Segundo Chagas (s/d, p.48) este se divide em: Palavração, Sentenciação e Texto.

⁸ Dentre suas produções destacam-se “[...] os vários artigos sobre o ensino inicial da leitura pelo método analítico, o que confirma a grande repercussão desse método à época e o que fez de João Köpke [...] um precursor em relação a esse ensino, envolvendo-o também em acirradas polêmicas com os professores paulistas” (Mortatti apud RIBEIRO, s/d, p.48).

Recebido em 10 de março de 2007.

Aprovado em 28 de março de 2007